

Senhores Acionistas,

A Administração do Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A., em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, que contemplam as práticas contábeis internacionais conforme o International Financial Reporting Standards (IFRS) e os pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2012 o Aché obteve expressivos resultados decorrentes dos investimentos feitos em renovação de portfólio nos últimos cinco anos. Foram lançados 33 novos medicamentos, além de possuir em seu pipeline um número relevante de produtos em desenvolvimento para lançamento no curto prazo.

Para acompanhar esse ritmo de crescimento e dar maior robustez ao seu portfólio, a Companhia reestruturou seu modelo de gestão e criou a Unidade de Dermatologia, consolidando suas três frentes de atuação nesse segmento: dermocosméticos, medicamentos e produtos pós-procedimento estético.

A Unidade de Prescrição - segmento que representa 80% do faturamento da Companhia e onde o Aché é líder há cinco anos consecutivos na geração de receita - também passou por remodelação, ganhando duas novas diretorias: Marketing e Geração de Demanda.

A relação de confiança estabelecida com os profissionais da saúde - uma das características do Aché desde a sua fundação - foi reforçada por meio de importante ação de valorização do conhecimento médico e da garantia de acesso do consumidor ao medicamento prescrito. Dessa forma, a campanha Respeito pela Prescrição e pela Adesão ao Tratamento surge para informar e conscientizar o consumidor sobre a importância de respeitar a prescrição médica para obter o resultado esperado com o tratamento.



Além disso, o Aché entrou nos promissores segmentos de nutracêuticos e medicamentos biotecnológicos, apostando no conceito de prevenção junto aos profissionais de saúde, por meio de parceria internacional, e ao integrar a criação da joint venture Bionovis S.A., respectivamente.

Por fim, mais uma vez em reconhecimento à solidez da Companhia e às práticas de gestão e governança que vêm sendo implementadas ao longo dos últimos anos, a Companhia obteve os seguintes destaques em 2012:

(i) o seu 'rating' reavaliado e elevado pela agência classificadora FitchRatings, além da publicação de 'rating' pela agência Standard & Poor's, ambos em escala de 'investment grade'; (ii) premiação Valor 1000, como a melhor empresa no ramo de farmacêuticas e cosméticos, segundo o jornal Valor Econômico; e (iii) pelo segundo ano consecutivo, recebeu o prêmio Lupa de Ouro - Grupemef, na categoria de Melhor Performance Empresarial.

Como destaque entre os produtos genéricos na Unidade em 2012, vale dizer que Montelucaste é o primeiro medicamento genérico dessa molécula a chegar ao mercado.

Na tabela a seguir, destacamos os principais crescimentos da Unidade de Genéricos:

Genéricos - % Evolução Jan a Dez (2012 x 2011)

RK	PRODUTO	Evol. (%) Reais
1º	LOSARTAN POTAS.MG	221,5%
2º	CLO SIBUTRAMINA MG	130,4%
3º	NIMESULIDA MG	84,0%
4º	ATENOLOL MG	79,9%
5º	OX ESCITALOPRAM MG	72,3%
6º	IBUPROFENO MG	63,3%
7º	CLOR SOTALOL MG	60,8%
8º	MALEA.ENALAPRIL MG	54,8%
9º	CLOR.AMIODARONA MG	54,6%
10º	FUROSEMIDA MG	53,8%

DESTAQUES DO ANO DE 2012

- ✓ Receita Líquida de R\$ 1,6 bilhão, 14,3% superior em relação ao período anterior;
- ✓ EBITDA de R\$ 563,5 milhões, 24,1% superior em relação ao período anterior e representando 35,2% da receita líquida;
- ✓ Lucro Líquido de R\$ 422,7 milhões, 11% superior ao período anterior e representando 26,4% da receita líquida;
- ✓ Lançamento de 33 novos produtos e apresentações, sendo 13 medicamentos de prescrição, 2 dermocosméticos, 1 medicamento isento de prescrição e 17 medicamentos genéricos;
- ✓ Obtenção de 9 novos registros de produtos junto à Anvisa no 4T12, sendo 6 medicamentos de prescrição, 1 medicamento isento de prescrição e 2 medicamentos genéricos, totalizando 45 registros no ano, dos quais 20 são medicamentos de prescrição, 1 medicamento isento de prescrição, 22 medicamentos genéricos e 2 para exportação;
- ✓ Elevação do 'rating' de 'BBB-' para 'BBB', pela agência FitchRatings, e publicação do 'rating' 'BBB-' pela agência Standard & Poor's, ambos em escala de 'investment grade'; e
- ✓ Integralização de 25% do capital social da Bionovis S.A., empresa brasileira de produtos biotecnológicos, detida pela Companhia em conjunto com outras três sociedades.

Principais Indicadores Financeiros - consolidados

(R\$ milhões)	4T11	4T12	Var. (%)	2011	2012	Var. (%)
Receita Líquida	378,6	437,2	15,5%	1.401,2	1.602,2	14,3%
Lucro Bruto	300,9	343,9	14,3%	1.115,1	1.261,2	13,1%
% Receita Líquida	79,5%	78,7%	-0,8 p.p	79,6%	78,7%	-0,9 p.p
Lucro Líquido	143,7	141,1	-1,8%	380,7	422,7	11,0%
% Receita Líquida	38,0%	32,3%	-5,7 p.p	27,2%	26,4%	-0,8 p.p
EBITDA (ajustado)	120,8	159,4	32,0%	454,1	563,5	24,1%
% Receita Líquida	31,9%	36,5%	4,6 p.p	32,4%	35,2%	2,8 p.p

I - Visão Geral

A receita líquida no 4T12 foi de R\$ 437,2 milhões, 15,5% superior ao mesmo período do ano anterior. Nesse mesmo período o EBITDA foi de R\$ 159,4 milhões, 32,0% superior ao mesmo período de 2011. A receita líquida consolidada no ano foi de R\$ 1,6 bilhão, 14,3% superior ao consolidado do ano anterior, enquanto que o EBITDA do mesmo período alcançou R\$ 563,5 milhões, 24,1% superior comparado ao ano anterior. A margem do EBITDA alcançou 35,2% sobre a receita líquida. O lucro líquido foi de R\$ 422,7 milhões, representando uma evolução de 11% em relação ao ano anterior.

II - Contexto do Negócio

1. Mercado Farmacêutico Total - MFT

O mercado farmacêutico brasileiro registrou em 2012 uma evolução de 15,7% em valor e 10,6% em unidades, quando comparado com o mesmo período do ano passado.

O mercado de medicamentos de prescrição, que representa 51,6% do MFT em valor, cresceu 11,6% em valores e 7,2% em unidades, quando comparado com o mesmo período de 2011. O mercado de medicamentos isentos de prescrição, que representa 25,9% do MFT em valor, cresceu 15,5% comparado ao mesmo período do ano anterior em valor e 10,7% em unidades. Para o mercado de medicamentos genéricos, que representa 22,5% do MFT em valor, nesse mesmo período, o segmento cresceu 26,8% em valor e 16,7% em unidades.

2. O Aché no Mercado Farmacêutico Total - MFT

A demanda da Companhia no canal trade, em 2012, alcançou R\$ 2,5 bilhões, valor 14,2% superior ao mesmo período de 2011. Em unidades, a demanda do Aché atingiu 139 milhões, com aumento de 7,5%.

Na geração de receita médica, seu principal foco estratégico, o Aché se manteve como líder do mercado farmacêutico pelo quinto ano consecutivo, com 6,33% de participação de mercado.

Esse resultado foi alcançado mais uma vez por meio da capilaridade e segmentação da visita médica e os lançamentos de novos produtos.

Unidade de Negócios de Prescrição

Essa Unidade atingiu R\$ 1,2 bilhão de receita líquida, com evolução de 13,2% se comparado ao mesmo período de 2011, representando 79,8% da receita líquida da Companhia.

No segmento de prescrição, com os resultados de 2012 o Aché se manteve na liderança nacional em demanda em Reais.

Foram lançados nesse período 13 novos medicamentos (em destaque Montelair, que é o primeiro medicamento similar dessa molécula a chegar ao mercado, além de Liberaflux, Trezor, Bravan, Betadine, Aristab, Osteoban, Osteotrat, Stabli, Axonium e Eucerin Antiredness entre outros).

Na tabela a seguir, destacamos os produtos que apresentaram na demanda em Reais os desempenhos mais relevantes da Unidade de Prescrição, comparando com o ano anterior.

Prescrição - % Evolução Jan a Dez (2012 x 2011)

RK	PRODUTO	Evol. (%) Reais
1º	BIOMAG	46,5%
2º	EXODUS	33,8%
3º	BUSONID NASAL	30,6%
4º	LEVOID	29,2%
5º	DIOSMIN	24,8%
6º	MÉRITOR	24,7%
7º	ALENIA	24,6%
8º	DIGEPLUS NF	23,2%
9º	LEUCOGEN	16,6%
10º	LOTAR	13,6%

Unidade de Negócios Medicamentos Isentos de Prescrição - MIP

A Unidade MIP também apresentou um desempenho positivo em 2012, atingindo R\$ 161,8 milhões de receita líquida, com evolução de 10,5% se comparado ao mesmo período de 2011, representando 10,1% da receita líquida da Companhia. Como principal lançamento da Unidade MIP em 2012, destaca-se Proepa Gesta (um novo conceito no mercado com ômega 3 exclusivo para gestantes e lactantes). Na tabela a seguir, destacamos os principais crescimentos da Unidade MIP em demanda em Reais, comparados ao mesmo período de 2011:

MIP - % Evolução Jan a Dez (2012 x 2011)

RK	PRODUTO	Evol. (%) Reais
1º	SINTOCALMY	21,5%
2º	DORILAX	12,7%
3º	SORINE	6,3%
4º	DECONGEX PLUS NF	5,4%
5º	TRANSFULMIN	3,6%
6º	BIOFENAC AERO	4,1%
7º	FLOGORAL	2,2%

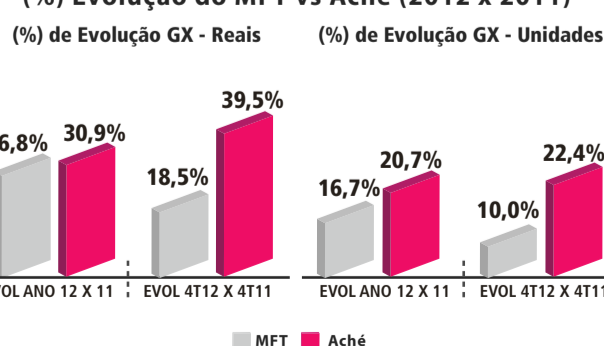
Unidade de Negócios Genéricos

Essa Unidade atingiu R\$ 149,7 milhões de receita líquida, com evolução de 28,1% se comparado ao mesmo período de 2011, representando 9,4% da receita líquida da Companhia.

Com ações promocionais no ponto de venda e com o lançamento de novas moléculas, o Aché firma-se como um laboratório competitivo também no segmento de genéricos, apresentando, em 2012, um crescimento de demanda em Reais de 30,9% contra 26,8% do mercado.

Esse cenário é ainda mais acentuado se levarmos em conta o desempenho do último trimestre de 2012 contra o mesmo período do ano anterior, conforme demonstra o gráfico abaixo:

(%) Evolução do MFT vs Aché (2012 x 2011)



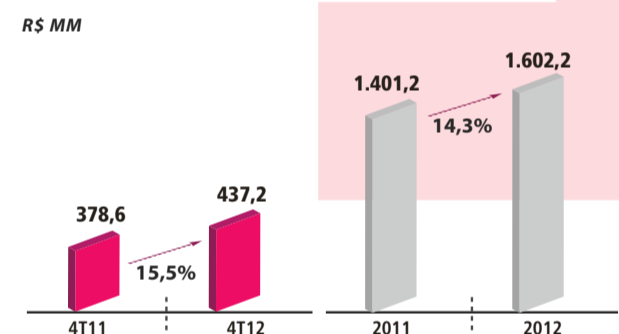
Em 2012 a Unidade de Genéricos lançou 17 novas moléculas, entre elas Pantoprazol, Betaistina, Rosuvastatina, Ibandronato Sódio, Terbinafina, Ranitidina, Pramipexol, Valsartana, Rivastigmina, Risendronato Sódio, Olanzapina e a associação de Tramadol + Paracetamol.

III - Desempenho Econômico - Financeiro

(R\$ milhões)	4T11	s/RL	4T12	s/RL	2011	s/RL	2012	s/RL
Receita Líquida	378,6	100,0%	437,2	100,0%	1.401,2	100,0%	1.602,2	100,0%
Lucro Bruto	300,9	79,5%	343,9	78,7%	1.115,1	79,6%	1.261,2	78,7%
Vendas e Administrativas	(161,0)	-42,5%	(163,0)	-37,3%	(653,6)	-46,6%	(680,7)	-42,5%
Outras Operacionais	15,4	4,1%	(16,3)	-3,7%	1,3	0,1%	(23,7)	-1,5%
Lucro Operacional (EBIT)	155,3	41,0%	164,6	37,6%	462,8	33,0%	556,8	34,8%
Resultado Financeiro Líquido	12,4	3,3%	7,5	1,7%	44,1	3,1%	28,4	1,8%
Lucro antes do IRPJ/CSLL	167,7	44,3%	172,1	39,4%	506,9	36,2%	585,2	36,5%
Lucro Líquido	143,7	38,0%	141,1	32,3%	380,7	27,2%	422,7	26,4%
EBITDA (ajustado)	120,8	31,9%	159,4	36,5%	454,1	32,4%	563,5	35,2%

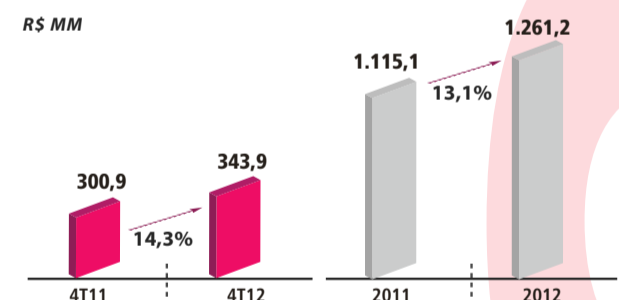
1. Receita Líquida de Vendas

A receita líquida de vendas cresceu 14,3% em relação ao ano de 2011, atingindo 1.602,2 milhões. No 4T12 a receita líquida foi de R\$ 437,2 milhões, 15,5% superior quando comparada ao mesmo trimestre do ano anterior. A participação na receita líquida no acumulado do ano por Unidade de Negócio foi a seguinte: Prescrição 79,8%, MIP 10,1%, Genéricos 9,4% e Exportação 0,7%.



2. Lucro Bruto

A Companhia apresentou lucro bruto de R\$ 1.261,2 milhões, 13,1% superior em relação ao mesmo período acumulado em 2011. No 4T12 o lucro bruto foi de R\$ 343,9 milhões, 14,3% superior quando comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.



3. Despesas com Vendas

Em 2012 as despesas com vendas totalizaram R\$ 587,9 milhões, 36,7% da receita líquida. No 4T12 representaram R\$141,6 milhões, 32,4% da receita líquida, conforme quadro abaixo:

(R\$ milhões)	4T11	s/RL	4T12	s/RL	2011	s/RL	2012	s/RL
Despesas com Vendas	132,2	34,9%	141,6	32,4%	546,7	39,0%	587,9	36,7%

4. Despesas Gerais e Administrativas

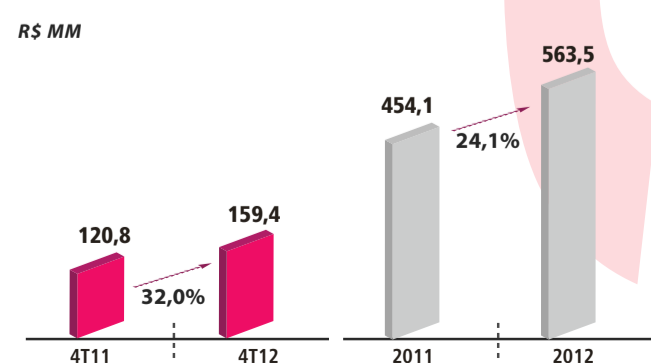
As despesas gerais e administrativas em 2012 totalizaram R\$92,8 milhões, representando 5,8% da receita líquida. As medidas adotadas pela Companhia ao longo de 2012 para reduzir as perdas de estoques trouxeram significativos resultados. Por meio de ações corretivas estruturais para cada causa raiz geradora de tais perdas, a Companhia alcançou uma redução de 50,7% com essas despesas.

(R\$ milhões)	4T11	s/RL	4T12	s/RL	2011	s/RL	2012	s/RL
Provisão para Perdas de Estoques	7,6	2,0%	3,4	0,8%	21,5	1,5%	10,6	0,7%
Outras Despesas Gerais e Adm.	21,2	5,6%	18,0	4,1%	85,4	6,1%	82,2	5,1%
Despesas Gerais e Adm.	28,8	7,6%	21,4	4,9%	106,9	7,6%	92,8	5,8%

5. EBITDA Ajustado

O EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações) acumulado atingiu R\$ 563,5 milhões, 24,1% superior ao ano anterior com uma margem EBITDA de 35,2% no período acumulado de 2012. O EBITDA AJUSTADO foi calculado conforme demonstrado abaixo:

EBITDA Ajustado (R\$ milhões)	2011	2012	Var. (%)
Lucro Líquido	380,7	422,7	11,0%
Provisão para IRPJ e CSLL	125,8	163,0	29,6%
Resultado Financeiro Líquido	(44,1)	(28,4)	-35,6%
Depreciações e Amortizações	20,6	20,4	-1,0%
Despesas/Receitas não Recorrentes	(28,9)	(14,2)	-50,9%
EBITDA Ajustado	454,1	563,5	24,1%
Margem	32,4%	35,2%	2,8 p.p



Relatório da Administração 2012

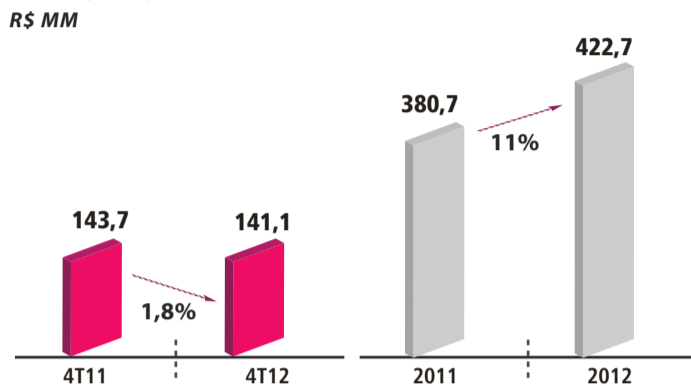
6. Receitas Financeiras

As receitas financeiras líquidas em 2012 totalizam R\$ 29,6 milhões, com diminuição de R\$ 17 milhões quando comparadas ao ano anterior. Esse resultado se deve primordialmente à redução do CDI, que impactou diretamente a rentabilidade das aplicações financeiras da Companhia.

(R\$ milhões)	4T11	s/RL	4T12	s/RL	2011	s/RL	2012	s/RL
Receitas Financeiras Líquidas	12,9	3,4%	8,2	1,9%	46,6	3,3%	29,6	1,8%
Varição Cambial	0,4	0,1%	-	0,0%	(1,8)	-0,1%	(0,4)	0,0%
Ajuste a Valor Presente - AVP	(0,9)	-0,2%	(0,7)	-0,2%	(0,7)	0,0%	(0,8)	0,0%
Resultado Financeiro	12,4	3,3%	7,5	1,7%	44,1	3,1%	28,4	1,8%

7. Lucro Líquido

O lucro líquido de 2012 foi de R\$ 422,7 milhões, superior em 11% ao mesmo período acumulado em 2011. No 4T12 o lucro líquido foi de R\$ 141,1 milhões, representando 32,3% da receita líquida. No comparativo desses dois períodos (4T12 vs. 4T11), deve ser levado em consideração o volume menor de Juros sobre o Capital Próprio distribuídos em 2012.



8. Endividamento Líquido

A Companhia encerrou 2012 com uma posição líquida de caixa de R\$ 245,9 milhões, conforme quadro abaixo:

(R\$ milhões)	2011	2012	Var. (%)
Empréstimos e Financiamentos - CP	78,8	73,8	-6,3%
Empréstimos e Financiamentos - LP	157,3	144,8	-7,9%
Endividamento Bruto	236,1	218,6	-7,4%
Caixa e Equivalentes de Caixa	552,8	457,7	-17,2%
Aplicações Financeiras - LP	5,9	6,8	15,3%
Endividamento Líquido	(322,6)	(245,9)	-23,8%

O endividamento bruto de longo prazo da Companhia foi de R\$ 144,8 milhões, com vencimento até 2035.

9. Investimentos

9.1 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - P&DI

Em 2012 os investimentos em P&DI totalizaram R\$ 43,4 milhões. A Companhia tem em desenvolvimento 4 projetos de inovação radical e 4 projetos de inovação incremental. Em 2012 a Companhia completou a fase III do projeto destinado ao tratamento da doença metabólica, além de ter dado entrada com o pedido de autorização de prova clínica fase III para o projeto destinado ao tratamento do vitiligo. Entrou, também, com o pedido de autorização perante a ANVISA para o início da prova clínica fase I de dois projetos: um anti-diarréico e um anti-inflamatório oral. Somam-se aos já citados acima, ainda, projetos destinados ao tratamento da depressão, DPOC, hipertensão arterial e ansiedade. Além disso, a Companhia possui 160 projetos em desenvolvimento que, através de metodologia disciplinada e estruturada, conduzida pelo seu PMO - Escritório de Projetos, têm acelerado sua renovação de portfólio. No período de janeiro a dezembro de 2012, a Companhia obteve 45 registros de produtos junto a ANVISA, sendo 20 medicamentos de prescrição, 1 medicamento isento de prescrição, 22 medicamentos genéricos e 2 medicamentos para exportação. Em 2012, a Companhia contratou uma linha de financiamento para desenvolvimento de produtos através do Profarma - Inovação, no valor de R\$ 19,0 milhões, e outros R\$ 45,0 milhões através do Profarma Produção, ambos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Desta linha, R\$ 30,0 milhões foram liberados já em 2012.

9.2 Imobilizado

Em 2012, os investimentos na nova unidade produtiva em Guarulhos alcançaram R\$ 14,3 milhões. Os investimentos para a conclusão da modernização fabril foram financiados através do Profarma Produção junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$22,5 milhões, disponibilizados já em 2012. Na modernização do atual parque fabril, que em 2012 produziu 171 milhões de unidades, foram investidos R\$ 6,6 milhões em máquinas e equipamentos.

10. Dividendos

Considerando a robustez financeira da Companhia e que a forte geração de caixa oriunda das suas operações são suficientes para suprir os investimentos destinados a renovação de seu portfólio, não necessitando, portanto, da constituição de novas reservas de lucros para esse fim, a administração da Companhia propôs a distribuição de 100% do lucro líquido apurado no exercício na forma de dividendos e juros sobre o capital próprio, a ser referendada pela Assembleia Geral Ordinária.

Nota: As declarações e informações sobre o futuro não são garantias de desempenho, pois envolvem riscos, incertezas e suposições, dependendo, portanto, de circunstâncias que poderão ocorrer ou não. Os resultados futuros e a criação de valor para os acionistas poderão diferir daqueles expressos ou sugeridos pelas declarações com relação ao futuro. Adicionalmente, algumas informações como participação de mercado, demanda de mercado, demanda por unidade de negócio baseiam-se em dados fornecidos pelo IMS; outras informações como unidades vendidas por unidade de negócio, números e percentuais de crescimento por unidade de negócio, despesas com novos negócios, receita por unidade de negócio, número de projetos em desenvolvimento e registros de novos medicamentos baseiam-se nos controles internos da Companhia e, em ambos os casos, não foram objeto de exame pelos auditores independentes.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas pela confiança, aos colaboradores pelo seu comprometimento, aos clientes e consumidores pela sua preferência e aos fornecedores e parceiros pelo apoio.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	124.791	133.319	457.703	552.848
Contas a receber de clientes	6	168.103	145.770	258.170	223.436
Estoques	7	118.587	106.848	179.970	161.217
Impostos e contribuições sociais a compensar	8	2.045	11.294	4.402	17.019
Dividendos a receber de controladas	17	-	128.922	-	-
Despesas antecipadas		14.668	15.781	16.789	18.561
Outros créditos		6.709	16.949	10.755	21.111
Total do ativo circulante		<u>434.903</u>	<u>558.883</u>	<u>927.789</u>	<u>994.192</u>
Não Circulante					
Aplicações financeiras		-	-	6.795	5.911
Depósitos judiciais		49.791	13.655	50.893	14.208
Impostos e contribuições sociais a compensar	8	1.215	1.614	1.946	2.103
Outros ativos		1.914	1.432	1.422	1.432
Investimentos	11	606.467	590.310	-	-
Imobilizado	12	505.183	497.853	606.919	600.429
Intangível	13	27.746	28.919	263.821	264.982
Total do ativo não circulante		<u>1.192.316</u>	<u>1.133.783</u>	<u>931.796</u>	<u>889.065</u>
Total do Ativo		<u>1.627.219</u>	<u>1.692.666</u>	<u>1.859.585</u>	<u>1.883.257</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Circulante					
Fornecedores	14	33.019	25.504	55.182	36.005
Empréstimos e financiamentos	15	67.532	71.262	73.781	78.802
Obrigações tributárias	16	61.084	20.529	118.405	64.051
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		40.099	36.381	52.232	46.255
Contas a pagar		5.542	5.835	13.973	12.995
Dividendos a pagar		-	150.000	-	150.000
Outras obrigações		7.666	4.182	19.709	7.891
Total do passivo circulante		<u>214.942</u>	<u>313.693</u>	<u>333.282</u>	<u>395.999</u>
Não Circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	118.849	135.225	144.821	157.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	29.516	1.671	106.439	72.853
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	18	98.316	71.187	107.057	80.274
Outras obrigações		30.531	15.943	29.140	17.341
Total do passivo não circulante		<u>277.212</u>	<u>224.026</u>	<u>387.457</u>	<u>327.816</u>
Patrimônio Líquido					
Capital social	20.a	440.959	407.310	440.959	407.310
Reservas de capital	20.b	174.212	174.212	174.212	174.212
Reserva de reavaliação		5.856	6.061	5.856	6.061
Ajuste de avaliação patrimonial		142.493	177.410	142.493	177.410
Reservas de lucros	20.c	371.545	389.954	371.545	389.954
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da controlada		-	-	3.781	4.495
Total do patrimônio líquido		<u>1.135.065</u>	<u>1.154.947</u>	<u>1.138.846</u>	<u>1.159.442</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>1.627.219</u>	<u>1.692.666</u>	<u>1.859.585</u>	<u>1.883.257</u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita Operacional Líquida	21	1.131.130	989.365	1.602.206	1.401.218
Custo dos produtos vendidos		(234.429)	(203.086)	(341.039)	(286.138)
Lucro Bruto		<u>896.701</u>	<u>786.279</u>	<u>1.261.167</u>	<u>1.115.080</u>
Receitas (Despesas) Operacionais					
Gerais e administrativas		(429.633)	(403.031)	(587.976)	(546.640)
Participações dos empregados e administradores no resultado		(74.269)	(81.025)	(92.744)	(106.935)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(31.089)	(25.213)	(37.110)	(29.814)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	140.236	128.464	-	-
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		<u>516.079</u>	<u>435.537</u>	<u>556.729</u>	<u>462.817</u>
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	24	18.915	29.345	52.351	69.049
Despesas financeiras	24	(16.147)	(18.512)	(23.505)	(23.173)
Varição cambial, líquida	24	(385)	(1.579)	(430)	(1.814)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<u>518.462</u>	<u>444.791</u>	<u>585.145</u>	<u>506.879</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social					
Correntes	10	(92.460)	(39.111)	(162.639)	(93.420)
Diferidos	10	(3.331)	(25.007)	(346)	(32.418)
Lucro Líquido do Exercício		<u>422.671</u>	<u>380.673</u>	<u>422.160</u>	<u>381.041</u>
Atribuível a					
Acionistas controladores		422.671	380.673	422.671	380.673
Acionistas não controladores		-	-	(511)	368
Lucro Líquido do Exercício por Ação					
Básico e diluído		6,61	5,96	6,61	5,96

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços		1.334.239	1.162.955	1.842.981	1.607.624
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		2.501	(85)	11.761	366
Outras receitas		1.643	675	2.828	1.099
		<u>1.338.383</u>	<u>1.163.545</u>	<u>1.857.570</u>	<u>1.609.089</u>
Insumos Adquiridos de Terceiros					
Matérias-primas consumidas		180.757	144.619	259.911	201.711
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		5.562	8.615	5.622	8.676
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		243.821	209.010	343.593	298.670
Perda (recuperação) de valores ativos		(855)	6.812	(937)	9.685
		<u>429.285</u>	<u>369.056</u>	<u>608.189</u>	<u>518.742</u>
Valor Adicionado Bruto		<u>909.098</u>	<u>794.489</u>	<u>1.249.381</u>	<u>1.090.347</u>
Depreciação e Amortização	22	<u>15.219</u>	<u>15.348</u>	<u>20.372</u>	<u>20.584</u>
Valor Adicionado Produzido pela Companhia		<u>893.879</u>	<u>779.141</u>	<u>1.229.009</u>	<u>1.069.763</u>
Valor Adicionado Recebido em Transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	11	140.236	128.464	-	-
Receitas financeiras	24	18.915	29.345	52.351	69.049
		<u>159.151</u>	<u>157.809</u>	<u>52.351</u>	<u>69.049</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir		<u>1.053.030</u>	<u>936.950</u>	<u>1.281.360</u>	<u>1.138.812</u>
Distribuição do Valor Adicionado					
Pessoal		256.217	234.784	343.323	309.724
Remuneração direta		217.739	202.335	290.860	266.181
Benefícios		24.705	19.525	33.742	26.303
FGTS		13.773	12.924	18.721	17.240
Impostos, taxas e contribuições		332.907	278.868	456.659	392.367
Federais		219.409	180.347	302.533	255.427
Estaduais		111.513	97.142	151.222	134.533
Outros tributos		1.985	1.379	2.904	2.407
Remuneração de capitais de terceiros		41.235	42.625	59.217	55.680
Juros		16.531	20.091	23.936	24.987
Aluguéis		24.704	22.534	35.281	30.693
Remuneração de capitais próprios		422.671	380.673	422.161	381.041
Dividendos e juros sobre o capital próprio		289.105	254.708	289.105	254.708
Lucros retidos do exercício		133.566	125.965	132.545	125.965
Participações dos acionistas não controladores		-	-	511	368

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro Líquido do Exercício		<u>422.671</u>	<u>380.673</u>	<u>422.160</u>	<u>381.041</u>
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício		<u>422.671</u>	<u>380.673</u>	<u>422.160</u>	<u>381.041</u>
Atribuível aos					
Acionistas controladores		422.671	380.673	422.671	380.673
Acionistas não controladores		-	-	(511)	368
		<u>422.671</u>	<u>380.673</u>	<u>42</u>	

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Reservas de capital			Ajuste de avaliação patrimonial				Reservas de lucros					Total atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	Total			
	Nota explicativa	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva de ágio na emissão de ações	Reserva em ativos próprios	Em ativos próprios	Em ativos de controladas	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de novos produtos	Reserva de imobilizado	Reserva para expansão				Reserva de lucros não distribuídos	Reserva de dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2010		407.310	167.767	6.445	6.275	147.639	31.459	43.807	290	54.395	-	33.649	129.946	-	-	1.028.982	6.010	1.034.992
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(214)	-	-	-	-	-	-	-	-	214	-	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído	-	-	-	-	-	(483)	(1.205)	-	-	-	-	-	-	1.688	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	185	-	-	-	-	(185)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	380.673	380.673	-	(368)	380.305
Constituição de reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado conforme AGO de 26 de abril de 2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129.946	-	(129.946)	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas de lucros não distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.682	-	(7.682)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(104.708)	(104.708)	-	(104.708)	
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	(150.000)	-	(150.000)	
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	120.000	(120.000)	-	-	-	
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.147)	(1.147)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011		407.310	167.767	6.445	6.061	147.156	30.254	43.807	475	184.341	-	33.649	7.682	120.000	-	1.154.947	4.495	1.159.442
Capitalização das reservas	-	33.649	-	-	-	-	-	-	-	-	(33.649)	-	-	-	-	-	-	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	(205)	-	-	-	-	-	-	-	-	205	-	-	-	-
Realização dos ajustes ao custo atribuído	-	-	-	-	-	(16.960)	(9.023)	-	-	-	-	-	-	1.469	(24.514)	-	-	(24.514)
Ajuste de avaliação patrimonial em ativos de controladas	-	-	-	-	-	-	(8.934)	-	-	-	-	-	-	-	(8.934)	-	(203)	(9.137)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	422.671	422.671	-	(511)	422.160
Constituição de reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado conforme AGO de 1º de março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.355	-	(6.355)	-	-	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	109	-	-	-	-	(109)	-	-	-	-
Transferência dos dividendos propostos em 1º de março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(120.000)	-	(120.000)	-	-	(120.000)
Transferência de pesquisa e desenvolvimento para reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.733)	-	-	101.733	-	-	-	-	-
Transferência de reservas de lucros para reserva de imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	103.060	-	(103.060)	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio pagos conforme AGE de 21 de novembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(59.425)	(59.425)	-	-	(59.425)
Dividendos distribuídos conforme AGE de 21 de novembro de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(229.680)	(229.680)	-	-	(229.680)
Dividendos adicionais propostos	20.c	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	135.131	(135.131)	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2012		440.959	167.767	6.445	5.856	130.196	12.297	43.807	584	88.963	103.060	-	-	135.131	-	1.135.065	3.781	1.138.846

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) Objeto social: O Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Guarulhos, na Rodovia Presidente Dutra, km 222,2, que tem por objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano, atuando nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, musculoesquelético, saúde feminina, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia, vitaminas, oncologia e cosmético, por meio de unidades de negócios de prescrição, hospitalar, genéricos e medicamentos isentos de prescrição. **b) Participação em "joint venture":** Em 23 de março de 2012, a Companhia e outras três sociedades celebraram um acordo de investimento para a constituição da Bionovis S.A., empresa brasileira de produtos biotecnológicos. Os investimentos previstos devem somar R\$500 milhões nos próximos cinco anos, e cada sócio detém 25% do capital social da Bionovis S.A. Dessa forma, a Companhia possui participação societária nas seguintes sociedades: • Biosintética Farmacêutica Ltda. ("Biosintética") - controlada direta - tem por objeto social a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de produtos farmacêuticos para consumo humano e atua nos principais segmentos farmacêuticos, tais como respiratório, sistema nervoso central, cardiologia, dermatologia e oncologia, por meio de unidades de negócios de prescrição, genéricos e medicamentos isentos de prescrição. A Biosintética detém 99,99% da participação societária em sua controlada Raposo. • Aché International Ltd. ("Aché International") - controlada direta - tem por objetivo principal a manutenção de parcerias com outras empresas internacionais para o desenvolvimento técnico e operacional de seus produtos. • Labofarma Produtos Farmacêuticos Ltda. ("Labofarma") - controlada direta - tem por objetivo principal a distribuição e comercialização de medicamentos. • Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. ("Melcon") - controlada direta - tem por objetivo principal a industrialização, a comercialização, a importação e a exportação de hormônios. • Bionovis S.A. ("Bionovis") - controlada em conjunto - tem por objetivo principal a pesquisa, o desenvolvimento, a produção, a distribuição e a comercialização de medicamentos biotecnológicos. • Raposo Participações Ltda. ("Raposo") - controlada indireta - holding de instituição não financeira.

2. ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia compreendem: • As demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - BR GAAP e IFRSs. • As demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações contábeis individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário. O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da controladora, de cada uma das empresas controladas e da controlada em conjunto incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional"). Para fins das demonstrações contábeis consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa do Grupo são convertidos, quando aplicável, para reais, que é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis da Companhia. **2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas diretas, indiretas e da controlada em conjunto:** As demonstrações contábeis consolidadas incluem as demonstrações contábeis da Companhia, de suas controladas e da controlada em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia, entre outros e não se limitando a isto, tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

	Participação - %	
	31/12/12	31/12/11
Controladas diretas e controlada em conjunto:		
Aché International	100,00	100,00
Biosintética	99,99	99,99
Melcon	50,00	50,00
Labofarma	99,99	99,99
Bionovis	25,00	-
Controlada indireta:		
Raposo	99,99	99,99

Os exercícios sociais das controladas e da controlada em conjunto incluídas na consolidação coincidem com as da controladora, e as práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme nas empresas consolidadas, estando consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas e da controlada em conjunto são ajustadas para adequar suas práticas contábeis às práticas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, os saldos, as receitas e as despesas entre as empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas. Os principais procedimentos de consolidação são: • Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas. • Eliminação de participações no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas consolidadas. • Eliminação dos saldos de receitas e despesas, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas. • Eliminação dos saldos dos lucros não realizados nos estoques decorrentes de negócios das empresas consolidadas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados. • Consolidação proporcional do investimento em controlada em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as demonstrações contábeis das controladas e da controlada em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **2.5. Principais práticas contábeis:** **2.5.1. Princípios gerais:** Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo o imposto calculado sobre as vendas. **2.5.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas pelo seu valor justo no fim de cada exercício, com vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até as datas dos balanços, que não excede o valor de mercado. **2.5.3. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base em análise individual dos valores a receber e em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos de clientes devedores ou de mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização. **2.5.4. Estoques:** Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Quando necessário, uma provisão para estoques de giro lento e/ou obsoletos é constituída para refletir o risco de realização desses estoques. **2.5.5. Imobilizado:** Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação desses ativos tem início quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após a alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e reconhecidos no resultado. Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficar prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para uso ou venda pretendida. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. **2.5.6. Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente: Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo. Adicionalmente, as marcas e patentes adquiridas de terceiros estão registradas ao custo de aquisição, ajustado pelo seu valor de recuperação, quando aplicável. **Baixa de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.5.7. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo-se o ágio:** No fim de cada exercício, a Administração da Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos operativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. **2.5.8. Ágio:** O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado a

cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes. Quando a alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação. **2.5.9. Reconhecimento de receita:** A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzido de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidas ao comprador e outras deduções similares. **Vendas de produtos:** A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas: • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos. • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos. • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade. • Os benefícios econômicos associados à transação provavelmente fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. **2.5.10. Receita de dividendos e de juros:** A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade). A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo. **2.5.11. Subvenções governamentais:** As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, os termos de acordo e a legislação aplicável a cada benefício. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais são reconhecidos como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e, posteriormente, são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que as condições do pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais sejam atendidas. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo. **2.5.12. Tributação:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente, com base nas alíquotas vigentes no fim de cada exercício. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos geralmente sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício em que se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são movimentados em conformidade com a legislação tributária, o pronunciamento técnico CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada e a Instrução CVM nº 371/02, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente. **Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos do exercício:** O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados aos itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido. A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição - RTT, conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPIJ de 2009. O RTT permite, entre outras situações, neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária. **2.5.13. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **2.5.14. Instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação:** Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e por suas controladas são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: **a) Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis nessa classificação. **c) Empréstimos e recebíveis:** São incluídos nessa classificação os passivos e ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo e passivo circulantes, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após o fim de cada exercício, os quais são classificados como ativo e passivo não circulantes. Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, no caso da Companhia, compreendem caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 15), saldos a pagar a fornecedores (nota explicativa nº 14) e contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6). **Mensuração:** As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no exercício em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício. **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Outros passivos financeiros:** Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **2.5.15. Classificação de ativos e passivos:** Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Os passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fim de cada exercício. As diferenças decorrentes da conversão da moeda foram reconhecidas na demonstração do resultado. **2.5.16. Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia e de suas controladas que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o exercício contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da Assembleia Geral Ordinária que aprova as referidas demonstrações contábeis, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido. **2.5.17. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros financeiros que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **2.5.18. Lucro por ação:** O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41/A5 33 - Lucro por Ação, conforme a nota explicativa nº 29.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Na aplicação das práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores financeiros dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas são reconhecidos no exercício em que

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

ativos intangíveis. No fim de cada exercício, a Administração da Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. No fim de cada exercício, nenhuma evidência de não realização foi identificada. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo uso contínuo de um ativo até o fim de sua vida útil. Até o fim do exercício nenhum ativo apresentou valor recuperável superior ao seu valor residual. A Companhia avalia anualmente a recuperação do ativo de um investimento e usa práticas aceitáveis de mercado, incluindo fluxos de caixa descontados, para comparar o valor contábil com o valor recuperável dos ativos. A recuperação do ativo é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperação do ativo está afetada, então o teste é antecipado. **b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** A Companhia e suas controladas fazem estimativas para a avaliação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. A estimativa da avaliação das perdas para créditos de liquidação duvidosa é feita tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias e com processo de cobrança judicial e saldos de clientes específicos que apontem risco de realização em seus compromissos. **c) Provisão para perdas em estoques:** A Companhia e suas controladas fazem trimestralmente estimativas para a avaliação da provisão para perdas em estoques, a qual julga ser em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis nos estoques seguindo os critérios apresentados a seguir: • Produtos e materiais vencidos. • Produtos "originais" com data de vencimento até 12 meses. • Produtos "amostras grátis" com data de vencimento até 5 meses. • Produtos bloqueados por qualidade. • Produtos devolvidos por clientes. **d) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 18. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração acredita que as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis. **e) Impostos diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias, anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

4. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NOVAS E REVISADAS

A seguir estão listadas as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis. Essa listagem contempla aquelas normas e interpretações emitidas que a Companhia espera, de forma razoável, que produzam impacto nas divulgações, na situação financeira ou no desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor. • **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração (CPCs 38, 39 e 40)** - a IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, com base na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige, ainda, a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Essa norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. • **IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas (CPC 36 (R3))** - a IFRS 10 substitui a SIC 12 e a IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. • **IFRS 11 - "Joint Ventures" (CPC 18 (R2))** - a IFRS 11 substitui a SIC 13 e a IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com essa norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou "joint ventures", conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. As "joint ventures" devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou o conteúdo da norma e concluiu que sua aplicação trará efeitos sobre a "joint venture" Bionovis, que em 1º de janeiro de 2013 deixará de consolidar proporcionalmente suas demonstrações financeiras (conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.4) e passará a ser contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. • **IFRS 12 - Divulgação da Participação em Outras Entidades (CPC 45)** - a IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, e seu objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. • **IFRS 13 - Mensuração do Valor Justo (CPC 46)** - a IFRS 13 se aplica quando outras IFRSs exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações como o valor justo menos o custo de venda, com base no valor justo ou em divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRSs. A seguir as principais emendas: • **IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1))** - apresentação de itens de outros resultados abrangentes, cuja alteração passou a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2012. Essa norma não produziu efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia. • **IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (CPC 36)** - como consequência da aplicação futura das IFRSs 10 e 12, o que permanece na norma se restringe à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. • **IAS 28 - Investimentos em Coligadas (CPC 18 (R2))** - como consequência da aplicação futura das IFRSs 11 e 12, a norma passa a ser a IAS 28 - Investimentos em Associadas e "Joint Ventures" e descreve a aplicação do método de equivalência patrimonial para investimento em "joint ventures", além do investimento em associadas, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia avaliou o conteúdo da norma e concluiu que sua aplicação trará efeitos sobre a "joint venture" Bionovis, que em 1º de janeiro de 2013 deixará de consolidar proporcionalmente suas demonstrações financeiras (conforme demonstrado na nota explicativa nº 2.4) e passará a ser contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. • **Alteração na IAS 32 - Instrumentos financeiros - Apresentação** - adicione orientações sobre a compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros, cuja alteração passa a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014, e a Companhia não prevê efeito significativo como resultado de sua adoção. Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas. Em decorrência do compromisso de o CPC manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Caixa e bancos.....	2.422	3.882	3.704	10.922
Aplicações financeiras	122.369	129.437	453.999	541.926
	<u>124.791</u>	<u>133.319</u>	<u>457.703</u>	<u>552.848</u>

As aplicações financeiras compreendem operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDBs, distribuídos em diversas instituições financeiras que se enquadram nos níveis de classificação de risco determinados pela Companhia, com rendimento variando de 100,0% a 103,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, e são classificadas pela Companhia, por suas controladas e pela controlada em conjunto nessa rubrica por serem consideradas ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Nacionais	172.971	153.524	263.359	239.157
Estrangeiros	603	219	3.560	4.790
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.471)	(7.973)	(8.749)	(20.511)
	<u>168.103</u>	<u>145.770</u>	<u>258.170</u>	<u>223.436</u>

O saldo das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Títulos a vencer.....	153.218	135.989	231.282	208.673
Títulos vencidos:				
De 1 a 30 dias.....	14.231	11.135	25.910	16.714
De 31 a 60 dias.....	443	955	544	1.405
De 61 a 90 dias.....	169	888	199	914
De 91 a 180 dias.....	18	318	74	588
Acima de 180 dias.....	5.495	4.458	8.910	15.653
	<u>173.574</u>	<u>153.743</u>	<u>266.919</u>	<u>243.947</u>

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo no início do exercício	(7.973)	(7.888)	(20.511)	(20.877)
Provisão	(134)	(85)	(408)	(239)
Reversão	2.636	-	12.170	605
Saldo no fim do exercício	<u>(5.471)</u>	<u>(7.973)</u>	<u>(8.749)</u>	<u>(20.511)</u>

7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Produtos acabados.....	33.035	48.818	60.477	76.279
Produtos em elaboração	10.121	7.308	15.461	12.763
Matérias-primas.....	80.196	56.616	117.118	81.251
Adiantamento a fornecedor.....	5.643	3.420	5.647	8.167
Provisão para perdas em estoques.....	(10.408)	(9.314)	(18.733)	(17.243)
	<u>118.587</u>	<u>106.848</u>	<u>179.970</u>	<u>161.217</u>

Movimentação da provisão para perdas em estoques:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo no início do exercício.....	(9.314)	(4.508)	(17.243)	(9.740)
Provisão para perdas em estoque	(7.945)	(9.186)	(11.844)	(19.305)
Reversão de perdas em estoque	6.851	4.380	10.354	11.802
Saldo no fim do exercício	<u>(10.408)</u>	<u>(9.314)</u>	<u>(18.733)</u>	<u>(17.243)</u>

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.....	-	4.928	2	4.934
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS.....	2.226	4.515	3.729	6.069
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS.....	397	2.444	844	3.298
Programa de Integração Social - PIS.....	85	633	233	848
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.....	11	158	204	3.481
Imposto Sobre Serviços - ISS.....	-	-	444	-
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.....	281	-	281	-
Outros tributos.....	260	230	611	492
	<u>3.260</u>	<u>12.908</u>	<u>6.348</u>	<u>19.122</u>
Circulante.....	2.045	11.294	4.402	17.019
Não circulante.....	1.215	1.614	1.946	2.103
	<u>3.260</u>	<u>12.908</u>	<u>6.348</u>	<u>19.122</u>

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos - ativo e passivo são provenientes de despesas e receitas temporariamente não dedutíveis e/ou tributáveis, créditos fiscais incorporados, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Ativo				
Imposto de renda diferido sobre:				
Provisões temporariamente não dedutíveis:				
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	38.677	36.662	41.247	38.945
Participações nos resultados.....	5.388	4.426	5.388	4.426
Créditos de liquidação duvidosa.....	1.368	1.925	2.187	5.060
Perda de estoques.....	2.769	2.652	4.884	4.733
Provisão para manutenção de frota.....	1.302	901	1.892	1.227
Provisão para conta-corrente.....	1.728	1.368	4.694	2.151
Outros.....	705	734	801	790
	<u>51.937</u>	<u>48.668</u>	<u>61.093</u>	<u>57.332</u>
Contribuição social diferida sobre:				
Bases negativas.....	-	4.323	-	4.323
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	13.924	11.048	14.849	11.869
Participações nos resultados.....	1.940	1.593	1.940	1.593
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	492	693	787	1.822
Provisão para perdas em estoques.....	997	954	1.758	1.704
Provisão para manutenção de frota.....	469	324	682	442
Provisão para conta-corrente.....	622	492	1.690	774
Outros.....	1.115	1.129	1.185	1.145
	<u>19.559</u>	<u>20.556</u>	<u>22.891</u>	<u>23.672</u>
	<u>71.496</u>	<u>69.224</u>	<u>83.984</u>	<u>81.004</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Passivo				
Imposto de renda diferido sobre:				
Reavaliação.....	2.114	2.131	2.917	2.996
Custo atribuído ao ativo imobilizado ("deemed cost").....	47.890	29.500	56.783	32.486
Ágio amortizado.....	2.862	2.862	53.847	53.847
Custo dos empréstimos.....	6.893	5.003	6.893	5.003
Atualização monetária de depósitos judiciais (regime de caixa).....	14.515	12.951	14.515	12.951
Ajuste a valor presente de passivos financeiros.....	-	-	4.659	4.724
Outros.....	-	-	403	1.440
	<u>74.274</u>	<u>52.447</u>	<u>140.017</u>	<u>113.447</u>

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Contribuição social diferida sobre:				
Reserva de reavaliação.....	761	334	1.050	645
Custo atribuído ao ativo imobilizado ("deemed cost").....	17.240	10.620	20.442	11.696
Ágio amortizado.....	1.030	1.030	19.385	19.385
Custo dos empréstimos.....	2.482	1.801	2.482	1.801
Atualização monetária de depósitos judiciais (regime de caixa).....	5.225	4.663	5.225	4.662
Ajuste a valor presente de passivos financeiros.....	-	-	1.677	1.701
Outros.....	-	-	145	520
	<u>26.738</u>	<u>18.448</u>	<u>50.406</u>	<u>40.410</u>
	<u>101.012</u>	<u>70.895</u>	<u>190.423</u>	<u>153.857</u>
	<u>(29.516)</u>	<u>(1.671)</u>	<u>(106.439)</u>	<u>(72.853)</u>

Saldo líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos.....

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, preparadas pela Companhia, por suas controladas e controlada em conjunto, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social é limitada a 30% do lucro tributável anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e não possui prazo de prescrição. Conforme as projeções elaboradas pela Administração e aprovadas pelo Comitê de Finanças e pelo Conselho de Administração, o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social têm sua realização estimada como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social:				
2012.....	-	4.323	-	4.323
	-	<u>4.323</u>	-	<u>4.323</u>

10. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social.....	518.462	444.791	585.145	506.879
Despesa nominal de imposto de renda e contribuição social - 34%.....	(176.277)	(151.229)	(198.949)	(172.339)
Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social à taxa efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial.....	47.680	43.229	-	-
Benefício fiscal com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica.....	6.498	6.520	7.435	7.353
Juros sobre o capital próprio.....	20.204	35.601	20.204	35.601
Despesas não dedutíveis.....	-	(688)	-	(1.121)
Outras.....	6.104	2.449	8.325	4.668
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício.....	(95.791)	(64.118)	(162.985)	(125.838)
Correntes.....	(92.460)	(39.111)	(162.639)	(93.420)
Diferidos.....	(3.331)	(25.007)	(346)	(32.418)
	<u>(95.791)</u>	<u>(64.118)</u>	<u>(162.985)</u>	<u>(125.838)</u>

11. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11
Participação em empresas controladas.....	577.487	561.330
Ágio - Asta Médica Ltda.....	11.446	11.446
Ágio - Melcon.....	17.534	17.534
	<u>606.467</u>	<u>590.310</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

13. INTANGÍVEL

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Marcas (a).....	24.887	24.567	27.802	27.485
Softwares.....	2.859	4.352	3.098	4.576
Ágio - Asta Médica Ltda. (b).....	-	-	11.446	11.446
Ágio - Biosintética (c).....	-	-	203.942	203.942
Ágio - Melcon (d).....	-	-	17.533	17.533
	<u>27.746</u>	<u>28.919</u>	<u>263.821</u>	<u>264.982</u>

(a) Representadas por marcas adquiridas de terceiros e/ou adquiridas em processo de aquisição de empresas controladas. (b) Ágio proveniente da aquisição da controlada Asta Médica Ltda., incorporada pela Companhia em 2003, tendo sido amortizado até 31 de dezembro de 2008 com base na expectativa de rentabilidade futura. (c) Inclui o ágio da controlada Biosintética Farmacêutica Ltda., proveniente da incorporação reversa da então controladora Delta Participações Ltda., ocorrida em 31 de março de 2006, passando ambas a ser 100% das investidas da Companhia. O ágio correspondente está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura. (d) Ágio proveniente da aquisição da controlada Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. em agosto de 2010. O intangível é amortizado de acordo com a vida útil dos ativos, conforme a seguir:

Categoria	Vida útil (anos)
Software.....	5
Marcas.....	-

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Saldo no início do exercício.....	28.919	28.648	264.982	260.978
Adições - Ágio - Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A. (*).....	-	-	-	3.632
Adições.....	787	1.999	859	2.161
Transferências do imobilizado em andamento.....	-	190	-	190
Amortização - softwares.....	(1.960)	(1.918)	(2.020)	(1.979)
Saldo no fim do exercício.....	<u>27.746</u>	<u>28.919</u>	<u>263.821</u>	<u>264.982</u>

(*) Ajuste de ágio realizado com base na ata da Assembleia Geral Extraordinária da Indústria Farmacêutica Melcon do Brasil S.A., realizada em 20 de dezembro de 2010, registrada na Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG em 21 de novembro de 2011, a qual deliberou pela reavaliação da 9ª Alteração do Contrato Social da Companhia, de 26 de agosto de 2010, alterando o número de cotas transferidas originalmente pelos antigos cotistas à Companhia, de 7.500.000 cotas para 3.867.501 cotas. **Teste de redução ao valor recuperável de ativos - "impairment":** A Companhia avalia a recuperação dos ágios com base no seu valor de uso. O processo de estimativa do valor em uso envolve a utilização de premissas julgamentos e estimativas sobre o fluxo de caixa e representa a melhor estimativa da Companhia. Para fins de análise do valor recuperável dos ágios, as principais premissas utilizadas na projeção de fluxo de caixa são: • Receita bruta - varia em virtude do preço que a empresa adota para o tipo de prestação de serviço ou produto considerado no cálculo. • Curva de produção - varia em virtude da estruturação do projeto e do desempenho dos vários contratos. • Custos operacionais fixos e variáveis - estão associados às curvas de produção, mas podem variar também em virtude da tecnologia e dos métodos de produção. • Percentuais dos tributos. • Investimentos a serem realizados. Em 31 de dezembro de 2012 não existem fatores que justifiquem uma redução do valor recuperável do ágio, considerando que a Companhia apresenta um histórico de lucratividade em seu "budget" aprovado pela Diretoria.

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Fornecedores nacionais.....	11.468	10.846	18.104	16.829
Fornecedores do exterior.....	19.532	11.520	36.896	19.058
Partes relacionadas (vide nota explicativa nº 17).....	2.019	3.138	182	118
	<u>33.019</u>	<u>25.504</u>	<u>55.182</u>	<u>36.005</u>

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Encargos anuais	Vencimento	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
			31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Moeda nacional:						
PRÓ-DF (*).....	25% do INPC + 2,43%	2035	-	-	20.000	18.847
FINAME.....	TJLP +1,15% a 2,95%	2016	795	1.336	1.218	1.709
FINAME.....	2,5% a 5,5%	2020	4.178	4.914	5.004	5.629
FCO E FOMENTAR.....	9,5% a 10%	2018	-	-	3.871	3.242
FINEP.....	4%	2019	38.876	38.867	38.876	38.867
BNDES.....	4,5%	2020	1.103	-	1.103	-
BNDES.....	6%	2012	-	-	-	1.760
BNDES.....	UMBDES + 1,5%	2012	-	-	-	172
"Leasing".....	1,35%	2015	-	-	22	-
Carta de fiança.....	-	2014	-	-	61	-
Duplicatas descontadas - Banco do Brasil.....	26,23%	2013	-	-	395	-
Profarma - BNDES.....	TJLP + 1,5% a 3%	2019	<u>135.979</u>	<u>154.781</u>	<u>140.003</u>	<u>154.806</u>
			180.931	199.898	210.553	225.032
			<u>5.450</u>	<u>6.589</u>	<u>8.049</u>	<u>11.118</u>
			<u>186.381</u>	<u>206.487</u>	<u>218.602</u>	<u>236.150</u>
Moeda estrangeira.....	Libor + 2,85% a 3,7%	2015	67.532	71.262	73.781	78.802
			118.849	135.225	144.821	157.348
			<u>186.381</u>	<u>206.487</u>	<u>218.602</u>	<u>236.150</u>
Circulante.....						
Não circulante.....						

(*) A Companhia mantém um financiamento no Banco de Brasília com prazo de utilização contratado até 2035, cujos valores serão pagos em única parcela ao final de 25 anos contados a partir da liberação. A Companhia registra a dívida pelo seu valor presente, tendo seus efeitos na captação dos recursos contabilizados no resultado operacional e os ajustes decorrentes de alteração de taxa de juros e recomposição do valor original contabilizados no resultado financeiro. O ajuste financeiro é calculado considerando a taxa de juros SELIC projetada pelo Banco Central do Brasil - BACEN. • Moeda nacional: Os empréstimos estão substancialmente representados por captação de financiamento no Programa Profarma - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. **a) Garantias e cláusulas restritivas:** Controladora: O financiamento Profarma Produção - BNDES é destinado à ampliação e modernização da unidade industrial de Guarulhos - SP e ao desenvolvimento de produtos. O financiamento Profarma Inovação - BNDES é destinado à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos com características inovadoras. Esses empréstimos preveem hipóteses usuais de vencimento antecipado, entre as quais se destacam o descumprimento dos seguintes índices financeiros: limitar seu índice de endividamento igual ou inferior a 0,75% do ativo total consolidado e manter a dívida total líquida igual ou inferior a três múltiplos do EBITDA ("Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization") consolidado. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está adimplente com essa cláusula contratual. Adicionalmente, os financiamentos relacionados ao Profarma - BNDES têm como garantia a concessão, em hipoteca, dos imóveis, das máquinas e dos equipamentos de sua propriedade, situados em Guarulhos - SP. O financiamento da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP é destinado à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos com características inovadoras e é garantido por instrumento de fiança bancária. **Controlada Biosintética Farmacêutica Ltda. - contratos celebrados antes de sua aquisição:** O financiamento do PRÓ-DF, oriundo do Banco de Brasília, tem como garantia as aplicações financeiras (CDB), que equivalem a 10% do montante financiado. Essas aplicações estão demonstradas na rubrica "Aplicações financeiras", no ativo não circulante. Os financiamentos relacionados ao Profarma - BNDES têm como garantia a concessão, em hipoteca, dos imóveis de propriedade de sua controladora, localizados na cidade de Guarulhos - SP.

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
ICMS.....	4.191	8.210	13.092	12.548
IRPJ.....	43.000	5.012	80.155	32.568
COFINS.....	4.501	5.040	4.680	5.224
CSLL.....	6.991	-	17.377	6.837
PIS.....	951	1.067	990	1.107
Outras.....	1.450	1.200	2.111	5.767
	<u>61.084</u>	<u>20.529</u>	<u>118.405</u>	<u>64.051</u>

17. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas e os respectivos saldos estão demonstrados a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas:				
Industrialização para a Biosintética (a).....	44.126	32.955	-	-
Industrialização para a Melcon (a).....	331	186	-	-
Venda de produtos à Labofarma.....	15.583	-	-	-
Compras:				
Compras de mercadorias da Biosintética (a).....	10.314	8.625	-	-
Compras de mercadorias da Melcon.....	3.598	-	-	-
Compra de serviços da Labofarma.....	3.493	-	-	-
Ativo circulante:				
Contas a receber - Biosintética (b).....	6.718	5.134	-	-
Dividendos e partes relacionadas a receber - Biosintética.....	-	128.922	-	-
Contas a receber - Labofarma (b).....	12.605	16	-	-
Adiantamento a fornecedor - Farmaprod Administração e Serviços Ltda.	516	552	763	2.059
Contas a receber - Melcon.....	112	-	-	-
Adiantamento a fornecedor - Labofarma.....	-	1.950	-	-
Adiantamento e contas a receber - Melcon.....	-	257	-	-
Passivo circulante:				
Contas a pagar - Biosintética (b).....	1.269	624	-	-
Contas a pagar - Labofarma (b).....	621	2.426	-	-
Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual - Laramara (c).....	129	88	182	118

(a) Industrialização de produtos e prestação de serviços corporativos repassados às empresas controladas pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços. (b) Saldo de contas a receber e a pagar das referidas transações, venda e distribuição de medicamentos e reembolso de gastos comuns entre as sociedades através de notas de débito. (c) Saldo de contas a pagar referente à venda de insumos. **Remuneração dos administradores:** A remuneração dos diretores e membros da Administração da Companhia é como segue:

	Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
	31/12/12	31/12/11
Remuneração		
Remuneração global dos administradores.....	<u>7.637</u>	<u>5.860</u>

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, contemplando as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia, suas controladas e controlada em conjunto são partes em processos administrativos e judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível, distribuídos em diversas instâncias. A Administração, com base em sua avaliação e amparada pelas opiniões dos seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão para as causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. A composição das provisões por natureza é demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRSs)	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Tributários.....	107.343	101.404	110.915	104.777
Trabalhistas.....	41.124	44.298	47.234	50.048
Cíveis.....	6.248	5.848	6.843	6.417
Depósitos judiciais.....	154.715	151.550	164.992	161.242
	<u>(56.399)</u>	<u>(80.363)</u>	<u>(57.935)</u>	<u>(80.968)</u>
	<u>98.316</u>	<u>71.187</u>	<u>107.057</u>	<u>80.274</u>

As movimentações encontram-se apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)						
	31/12/11	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	Reclassificação	31/12/12
Tributários.....	104.777	4.160	(4.319)	(251)	6.349	-	107.343
Trabalhistas.....	44.298	4.221	(10.275)	(1.217)	4.097	-	41.124
Cíveis.....	5.848	948	(252)	(419)	123	-	6.248
Depósitos judiciais.....	151.550	9.329	(14.846)	(1.887)	10.569	-	154.715
	<u>(80.363)</u>	<u>(857)</u>	<u>354</u>	-	<u>(4.451)</u>	<u>28.918</u>	<u>(56.399)</u>
	<u>71.187</u>	<u>8.472</u>	<u>(14.492)</u>	<u>(1.887)</u>	<u>6.118</u>	<u>28.918</u>	<u>98.316</u>
Consolidado (BR GAAP e IFRSs)							31/12/12
Tributários.....	104.777	4.562	(4.559)	(251)	6.386	-	110.915
Trabalhistas.....	50.048	5.242	(11.470)	(1.217)	4.631	-	47.234
Cíveis.....	6.417	974	(252)	(419)	123	-	6.843
Depósitos judiciais.....	161.242	10.778	(16.281)	(1.887)	11.140	-	164.992
	<u>(80.968)</u>	<u>(1.914)</u>	<u>480</u>	-	<u>(4.451)</u>	<u>28.918</u>	<u>(57.935)</u>
	<u>80.274</u>	<u>8.864</u>	<u>(15.801)</u>	<u>(1.887)</u>	<u>6.689</u>	<u>28.918</u>	<u>107.057</u>

A Administração, seguindo o que define o pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e atendendo aos critérios de divulgação do pronunciamento técnico CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, que sugere a apresentação líquida de ativos e passivos de mesma origem, efetuou neste exercício a reclassificação no valor de R\$28.918, referente a depósitos judiciais já efetuados que antes eram somados ao saldo de provisões e que, muito embora estejam relacionados a processos judiciais, não têm provisão constituída para as respectivas ações em curso. A contrapartida dessa reclassificação pode ser visualizada no acréscimo do saldo de depósitos judiciais no grupo do ativo. Com relação aos processos administrativos e judiciais envolvendo assuntos de natureza tributária mencionados, destacam-se os seguintes:

	31/12/12	31/12/11
PIS e COFINS (a).....	24.443	5.996
IRPJ e CSLL (b).....	33.197	23.418
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (c).....	28.787	26.607
ICMS (d).....	5.260	7.551
Outros.....	<u>19.228</u>	<u>41.205</u>
	<u>110.915</u>	<u>104.777</u>
	<u>(48.076)</u>	<u>(82.437)</u>
	<u>62.839</u>	<u>22.340</u>

Depósitos judiciais.....

(a) Os principais processos referentes a esse assunto são: (i) Ação Ordinária que discute a imputação indevida de depósitos judiciais remanescentes da discussão referente à Lei nº 9.718/98 a competências já extintas pelo transcurso do prazo decadencial/prescricional. Atualmente, referida ação encontra-se no Tribunal Regional Federal para o julgamento da apelação interposta pela Companhia, a qual foi recebida em ambos os efeitos; e (ii) Processo Administrativo cujo objeto é a cobrança de diferença de tributos e imposição de multa aduaneira em virtude da utilização da classificação fiscal de medicamentos em operações de importação de produtos que, segundo o posicionamento da Secretaria da Receita Federal - SRF, deveriam ter sido classificados como cosméticos. Esse processo encontra-se em fase recursal administrativa. (b) Os principais processos referentes a esse assunto são: (i) Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de pleitear a dedução da CSLL da base de cálculo do imposto de renda. Foram protocolizados Recursos Especial e Extraordinário em nome da Companhia em 11 de março de 2010, os quais estão aguardando o juízo de admissibilidade até o momento; (ii) Ação Ordinária cujo objeto é a discussão judicial sobre a dedutibilidade da correção monetária do balanço no lucro real e na base de cálculo da contribuição social. Referida ação encontra-se em fase de liquidação e apuração dos valores que deverão ser convertidos em renda da União e levantados pela Companhia; e (iii) outros processos administrativos em fase recursal que têm por objeto compensações não homologadas pela SRF. (c) Majoração da alíquota - questionamento do aumento da contribuição ao FGTS em 0,5% calculada sobre a folha de pagamento dos funcionários e do aumento em 10% da multa rescisória. Esse processo encontra-se em fase de julgamento dos Recursos Especial e Extraordinário interpostos pela Companhia em setembro de 2009, perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ e o Supremo Tribunal Federal - STF, respectivamente. (d) Diversas execuções fiscais embargadas, cujos objetos são autos de infrações lavradas pela Secretaria da Fazenda dos Estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e São Paulo que discutem substituição tributária, não internamento na Zona Franca de Manaus e glosa de créditos. A Administração considera que o resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante na posição financeira ou nos negócios da Companhia. A Companhia efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, classificados em rubrica específica do ativo não circulante. **Processos classificados como risco de perda possível:** Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus consultores jurídicos externos como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	31/12/12	31/12/11
Tributários.....	239.029	220.145
Trabalhistas.....	21.264	15.867
Cíveis.....	<u>3.681</u>	<u>1.242</u>
	<u>263.974</u>	<u>237.254</u>

Processos classificados como risco de perda remoto: Processo Administrativo nº 16643.720001/2011-18: Em maio de 2011, a Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra a Biosintética Farmacêutica Ltda. no valor total de aproximadamente R\$301.000, para exigir supostos débitos de IRPJ e CSLL referentes aos anos-base 2006 a 2009, por entender que a Biosintética não teria preenchido as condições legais para deduzir os encargos de amortização do ágio pago na aquisição da empresa Delta Participações Farmacêuticas S.A. ("Delta"). Em sessão realizada em 6 de dezembro de 2012, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF analisou o recurso voluntário interposto pela Biosintética e, por unanimidade de votos, julgou a atuação totalmente improcedente. O processo administrativo, atualmente, aguarda a formalização do acórdão e a abertura de prazo para a interposição de eventual recurso especial da Fazenda à Câmara Superior. Assim, com base em parecer legal dos consultores jurídicos externos e amparados pela última decisão do órgão julgador, a controlada ratifica que os argumentos de defesa estão bem fundamentados e que o risco de perda com relação à dedução do ágio é possível, com tendência a remoto, e, com referência à aplicação da multa majorada, o risco de perda é remoto. Por essa razão, não foi registrada nenhuma provisão para esse processo.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia, de suas controladas e controlada em conjunto foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento da Administração foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderiam ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de metodologias de mercado pode produzir efeitos diferentes nos valores de realização estimados. **a) Gerenciamento de capital:** A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para pesquisa e desenvolvimento de novos produtos, além de prover retorno aos acionistas. A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados. Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar auto maior que o passivo. Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser assim sumariados:



Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. e Controladas

C.N.P.J. nº 60.659.463/0001-91

achē

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2012 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2012, o capital social está composto por 63.900.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas residentes no País.

Sócio	Ações	Valor 31/12/2012	Valor 31/12/2011
Infinity Fundo de Investimento em Participações	21.300.000	146.986,33	135.770
Lajota Fundo de Investimento em Participações	21.300.000	146.986,33	135.770
Vincitore Fundo de Investimento em Participações	21.300.000	146.986,33	135.770
	63.900.000	440.959,00	407.310

b) Reservas de capital:

Reserva especial de ágio	167.767
Reserva de ágio na emissão de ações	6.445
	174.212

A reserva especial de ágio corresponde à contrapartida do ágio incorporado pela Companhia em anos anteriores, deduzido da provisão para manutenção da integridade do patrimônio dos acionistas, cujo efeito líquido corresponde ao benefício fiscal a ser gerado na sua realização e registrado como ativo diferido de imposto de renda.

c) Reservas de lucros

	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/12	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/11
Reserva legal (i)	43.807	43.807
Reserva para novos produtos, pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado (ii)	192.023	184.341
Reserva de lucros para expansão (iii)	-	33.649
Reserva para incentivos fiscais (iv)	584	475
Reserva de lucros não distribuídos	-	7.682
Reserva de dividendos adicionais propostos (v)	135.131	120.000
	371.545	389.954

(i) Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitada a 20% do capital social. (ii) Constituída para atender aos gastos de lançamentos de novos produtos, gastos de pesquisa e desenvolvimento e investimentos em ativo imobilizado nos termos previstos no Estatuto Social da Companhia. (iii) Retenção de lucros, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para atender aos planos de expansão previstos em orçamento de capital. (iv) As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar e posteriormente são destinadas à reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, desde que atendidas às condições do pronunciamento técnico CPC 07. (v) A retenção referente ao exercício de 2011 está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 1º de março de 2012, a qual foi submetida à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária. Foi proposta pela Administração da Companhia, a ser referendada em Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de lucros no montante de R\$135.131, referente ao exercício social de 2012. **d) Política de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido para constituição da reserva legal de 5% do lucro, conforme a Lei nº 6.404/76. O lucro remanescente terá a destinação que lhe derem os acionistas em Assembleia Geral. O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços semestrais ou intermediários. Em 21 de novembro de 2012, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração e Assembleia Geral Extraordinária o pagamento antecipado de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$59.424, e de dividendos, no montante de R\$229.680, ambos tomaram como base o lucro líquido acumulado até o terceiro trimestre de 2012, apurado em balanço intermediário da Companhia levantado em 30 de setembro de 2012.

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP) 31/12/12	Controladora (BR GAAP) 31/12/11	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/12	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/11
Receita bruta de vendas	1.699.402	1.486.294	3.154.454	2.657.876
Devoluções, descontos e outros	(376.352)	(323.924)	(1.322.311)	(1.045.882)
Impostos incidentes sobre as vendas	(191.920)	(173.005)	(229.937)	(210.776)
	1.131.130	989.365	1.602.206	1.401.218

22. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora (BR GAAP) 31/12/12	Controladora (BR GAAP) 31/12/11	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/12	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/11
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	186.319	153.234	265.533	210.387
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	243.821	209.010	343.593	298.670
Demais despesas comerciais e administrativas	36.755	74.766	48.938	100.348
Gastos com pessoal	256.217	234.784	343.323	309.724
Depreciação e amortização	15.219	15.348	20.372	20.584
	738.331	687.142	1.021.759	939.713
Custo dos produtos vendidos	234.429	203.086	341.039	286.138
Despesas com vendas	429.633	403.031	587.976	546.640
Despesas gerais e administrativas	74.269	81.025	92.744	106.935
	738.331	687.142	1.021.759	939.713

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista - Presidente Honorário
Adalberto Panzenboeck Dellape Baptista - Presidente
Jonas de Campos Sialuly - Vice-Presidente
José Luiz Depieri - Conselheiro
Alexandre Gottlieb Lindenbojm - Conselheiro

Carlos Eduardo Depieri - Conselheiro
Luiz Antônio Martins Amarante - Conselheiro
Luiz Carlos Vaini - Conselheiro
Ricardo Panzenboeck Dellape Baptista - Conselheiro
José Rogério Luiz - Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

José Ricardo Mendes da Silva - Diretor-Presidente
Sidinei Righini - Diretor Executivo Financeiro
Wilson Roberto de Farias - Diretor Executivo Industrial

CONTADOR

Fernando de Assis Matias - CRC nº 1 SP - 242753/O-5

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores do **Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.**
Guarulhos - SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do **Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A.** ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

23. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP) 31/12/12	Controladora (BR GAAP) 31/12/11	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/12	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/11
Despesas com integração	22	(1.683)	712	(1.683)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (*)	12.270	30.710	12.201	30.057
Resultado na venda de bens do ativo imobilizado	80	(34)	214	(64)
PIS e COFINS sobre outras receitas	117	394	(1.049)	1.562
Outras	1.644	676	1.314	1.254
	14.133	30.063	13.392	31.126

(*) Refere-se à baixa de provisões e pagamentos de débitos de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, PIS, COFINS e IRRF devido à adesão do REFIS instituído pela Lei nº 11.941, de 30 de novembro de 2009, cuja consolidação dos débitos foi concluída em 29 de junho de 2011.

24. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora (BR GAAP) 31/12/12	Controladora (BR GAAP) 31/12/11	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/12	Consolidado (BR GAAP e IFRSs) 31/12/11
Receita de juros	12.293	21.416	41.201	60.853
Variações monetárias ativas	6.309	7.658	6.311	7.658
Outras receitas financeiras	313	271	538	538
Realização de ajuste ao valor presente	-	-	4.301	-
Total das receitas financeiras	18.915	29.345	52.351	69.049
Despesas de juros	(4.926)	(5.221)	(6.090)	(6.466)
Variações monetárias passivas	(9.656)	(12.232)	(10.226)	(14.506)
Outras despesas financeiras	(1.565)	(1.059)	(2.102)	(1.509)
Realização de ajuste ao valor presente	-	-	(5.087)	(692)
Total das despesas financeiras	(16.147)	(18.512)	(23.505)	(23.173)
Varição cambial passiva	(4.551)	(5.496)	(7.866)	(8.436)
Varição cambial ativa	4.166	3.917	7.436	6.622
Total da variação cambial líquida	(385)	(1.579)	(430)	(1.814)
Resultado financeiro líquido	2.383	9.254	28.416	44.062

25. PLANO DE APOSENTADORIA COMPLEMENTAR

A Companhia é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar, que abrange todos os seus colaboradores, na modalidade de um Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL, administrado por entidade de previdência privada, no regime financeiro de capitalização. O valor do benefício é calculado em virtude da reserva matemática de benefícios a conceder na data de aposentadoria. Estão inseridos no plano de aposentadoria oferecido os seguintes benefícios: • Aposentadoria por idade, reversível ao cônjuge. • Aposentadoria por invalidez, reversível ao cônjuge. • Pensão ao cônjuge não aposentado, reversível a filhos menores de 21 anos. Os benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão ao cônjuge) foram modelados conforme plano de contribuição definida. A Companhia não tem nenhuma responsabilidade quanto ao risco técnico relativo à sobrevivência durante o período de capitalização ou mortalidade após o participante usufruir de benefício ou risco de invalidez no período de capitalização. As contribuições da Companhia para o plano de previdência complementar durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizaram R\$2.917 (R\$2.569 em 2011).

26. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros considerando a concentração de riscos e sua relevância, a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

27. INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Companhia, de suas controladas e controlada em conjunto definem como caixa e equivalentes de caixa valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não a investimento nem outros fins. As aplicações financeiras possuem características de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a risco de mudança significativa de valor. Em 31 de dezembro de 2012, os saldos que compõem essa rubrica estão apresentados na nota explicativa nº 5. A Companhia, suas controladas e controlada em conjunto não tiveram movimentações patrimoniais que não afetaram seus fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2012.

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADO - CONSOLIDADO

A Companhia, suas controladas e controlada em conjunto incluem em suas políticas de recursos humanos o Plano de Participação nos Resultados - PPR e bônus aos administradores, não abrangidos por nenhum outro programa de remuneração variável oferecido por aquelas empresas. As metas e os critérios de definição e distribuição da verba de premiação são acordados entre as partes, incluindo os sindicatos que representam os colaboradores, com objetivos de ganhos de produtividade, de competitividade e de motivação e engajamento dos participantes. O PPR em 31 de dezembro de 2012 era de R\$37.110 (R\$29.814 em 2011).

29. LUCRO POR AÇÃO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 20, o capital social da Companhia é constituído de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído e total como demonstrado a seguir:

	31/12/12	31/12/11
Numerador básico e diluído-		
Alocação do lucro líquido do exercício para os acionistas - R\$	422.671	380.673
Denominador básico e diluído-		
Ações em circulação (em milhares)	63.900	63.900
Lucro líquido por ação básico e diluído - R\$	6,61	5,96

30. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de março de 2013, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações contábeis, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2012, estando aprovadas para divulgação.



achē

www.ache.com.br